



ESTADO DE SANTA CATARINA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 19/81

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições,

Resolve o seguinte:

O Provimento nº 14/81, de 26 de maio de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

1º) Fica, doravante, vedada a conservação de armas de fogo e outras que igualmente, a critério do magistrado mereçam o tratamento determinado neste provimento, nas dependências dos foruns das Comarcas.

2º) Recebido em Juízo o inquérito policial, acompanhando de armas, os escrivães procederão à identificação das respectivas características (marca, calibre, etc.), mediante registro no livro de carga e descarga de armas apreendidas. (Provs. 3/70, 9/72, 14/76 e 2/81).

3º) Efetuado o registro a que se refere o item 2º, as armas, acondicionadas em invólucro lacrado contendo menção ao respectivo processo (nº, réu, etc.) e a rubrica do juiz e do escrivão, serão restituídas à delegacia local, sob cuja guarda permanecerão até que deixem de interessar à instrução criminal.

4º) Cabe ao juiz, sempre que necessário à instrução criminal, requisitar à autoridade policial as armas sob sua guarda na forma do item 3º, devolvendo-as, para guarda, novamente lacradas.

5º) Arquivado o inquérito ou após transitada a sentença, a fim de permitir que os órgãos policiais procedam quanto as armas na forma da legislação em vigor, os Srs. Juizes comuniquem por ofício a autoridade policial a cessação do interesse da Justiça Criminal, e determinem a baixa no referido livro no item 2º deste provimento.

6º) Dentro em dez (10) dias a contar da data deste provimento os srs. Juizes façam com que as escrivanias criminais que lhes são subordinadas procedam a transferência das armas a que se refere o item 1º deste provimento e que ali se encontram depositadas, à delegacia local, observado o procedimento a que se referem os itens 2º a 5º deste Provimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

79) Findo o prazo a que se refere o item anterior, de
verão os Srs. Juizes comunicar à Corregedoria o cumprimento das providên-
cias acima referidas para fins de controle.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Florianópolis, 06 de Julho de 1981.

EDUARDO LUZ
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA